TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO CEARÁ: EDUCAÇÃO, HISTORIA, MEMORIAS E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS.

Tatiana Ramalho da Silva [1], Ivan Costa Lima [2]

RESUMO

O estudo marca sua continuidade e objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titularização empreendidas por órgãos federais, tendo em vista o reconhecimento de sua existência por todo o país. Assim, problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado. Assim como, relacionar suas trajetórias com a educação, a cultura e o desafio para a afirmação da identidade como comunidades e povos tradicionais, tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante e da história oral para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através de relatos orais e do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades.Esperamos construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias,memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave:

territorialidade. quilombola. povos tradicionais. negros no Ceará. educação escolar quilombola.

[1] UNILAB, Ceará, Discente, e-mail: tatianaguerreira2012@gmail.com
[2] UNILAB, Ceara, Docente, e-mail: ivanlima@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A universidade, que busca elevar a sua qualidade acadêmica, deve incentivar e apoiar o envolvimento dos docentes e discentes com as práticas de pesquisa e extensão. Compreende-se que o diálogo e a parceria da universidade com a sociedade devem ser preocupações da prática docente. Essa concepção está alicerçada na ideia de que a universidade, além da produção do conhecimento, é uma instituição responsável pela memória cultural da humanidade e deve socializá-la com a sociedade. A partir destas atuações, e tendo como foco a população negra cearense, pretende-se situar as lutas quilombolas pelo acesso a seus territórios tradicionais no Ceará. De forma, a considerar os diferentes sujeitos que atuam em diferentes comunidades, compreendendo o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. De fato, numa conjuntura brasileira de criminalização dos movimentos sociais, as comunidades quilombolas afirmam a sua condição de povos tradicionais; e a defesa do território como elemento fundamental para a sua existência coletiva. Assim como, buscam o cumprimento do preceito legal, instituído pela Constituição Federal de 1988, que determina que aquelas comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, cabe ao Estado a propriedade definitiva dos seus territórios (BRASIL, 1988). Contudo, observa-se que, em grande medida, apenas no século XXI é que se tem evidenciado políticas públicas de efetivação que leva a certificação propugnada pela Lei maior. Para as comunidades quilombolas alcançar estes processos têm sido o grande desafio para a política agrária instituída no Brasil. No estado do Ceará não é diferente, temos no decorrer dos últimos três anos acompanhado as lutas destas comunidades na região, como integrantes do Conselho de Igualdade Racial do Ceará (2016-2018), como apoiador de comunidades na luta por reconhecimento social e cultural, como também na pesquisa e no ensino dentro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará. Por outro lado, tem-se o compromisso com as dinâmicas das comunidades pela ação da bolsista e quilombola Tatiana Ramalho da Silva, coautora deste artigo, estudante do curso de Pedagogia dentro daquela universidade. Em seu memorial a estudante indica ter 30 anos e nascida na comunidade Quilombola de Alto Alegre em Horizonte/CE, região metropolitana de Fortaleza. A autora situa que a comunidade é composta principalmente por famílias negras, que trabalhavam para as famílias ricas da região residentes em Queimadas, distrito do município de Horizonte, os Nogueiras e os Neri. Sendo que, algumas pessoas da comunidade relatam que as crianças com sete anos de idade já trabalhavam para estas famílias e sofriam abusos, além de sofrerem preconceitos que até hoje persistem como cicatrizes daquela época. Em 2005, a comunidade de Alto Alegre foi reconhecida como remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares e, até um ano antes, não se falava e não se compreendia que éramos uma comunidade quilombola, por conta do processo de invisibilidade da população negra no Ceará. Para esse reconhecimento contamos com a professora Cecília Holanda, sua pesquisa indicou que os moradores mais antigos seriam descendentes de um negro africano, e que se casou com uma índia da aldeia dos Paiacus , que ficava no município de Pacajus – CE. Meu avô paterno, Cirino Augustinho é bisneto de Negro Cazuza – o fundador da comunidade. Depois do reconhecimento, os mais velhos começaram a contar as histórias, de forma que as crianças desta época já puderam, desde cedo, a ouvir e conviver com as manifestações culturais de origem africana. Em função de nossa certificação, passou a acompanhar o tio, conhecido como Nego do Neco, nas reuniões da ARQUA (Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências) por conta da realização de cursos de artesanato com a palha de carnaúba e, desde então, permanece no movimento. Hoje, além de estudante do curso de pedagogia da Unilab integra a CEQUIRCE – Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará, coordenando em parceira, a célula da juventude, empreendedorismo, mulheres e gênero. Temos orgulho de nosso povo, das histórias, das lutas que travamos todos os dias e que nos fazem mais forte. A partir deste breve contexto, percebemos que há pouco conhecimento dos processos históricos e sociais, que levam ao reconhecimento das comunidades quilombolas e, por conseguinte, a falta de políticas públicas, como por exemplo a implementação da educação quilombola. A pesquisa se situa no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - Pibic-Unilab (Edital PROPPG 03-2018), vinculado ao Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, vinculado a linha de pesquisa “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios, religiosidades e intelectualidades”, credenciado junto ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).O estudo objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação,

demarcação e titulação, tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Assim, é necessário problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais (NASCIMENTO, 2013).Como também, problematizar o modelo de desenvolvimento dominante que causa impactos sistemáticos nas comunidades e povos tradicionais, efetivando o que se tem chamado de racismo ambiental. No campo das ações da população nega registra-se ao longo da nossa história, diferentes alternativas de resistência econômica, política e cultural, como é o caso das lutas quilombolas (CUNHA, 2011). Também se incluem iniciativas no campo da educação, como por exemplo, as proposições pedagógicas do movimento negro, como interétnicas ou multirraciais, cujo foco se encontra no combate ao racismo na educação (LIMA, 2017; 2009). No mundo da política, tem-se assunção do estatuto da igualdade racial, ações afirmativas e a obrigatoriedade de estudos sobre história e cultura africana e afro-brasileira como políticas públicas que se fazem necessárias à população negra como um todo (BRASIL, 2006; 2008).

METODOLOGIA

Tendo como foco a população negra cearense, pretendem-se situar os diferentes sujeitos, considerando o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. Com estas referências a estruturação de projetos se situa dentro de uma perspectiva sócio histórica e será combinada com o uso da história oral, como possibilidade de aproximação dos significados sobre o universo organizativo das comunidades quilombolas como contribuição as políticas educativas no Brasil. Considerando-se isso, toda a experiência humana se torna fonte de conhecimento e envolve todo um contexto social e cultural, por isso segundo Meihy (2002), a história oral pretende ser um campo multidisciplinar onde, independentemente das várias tradições disciplinares,diferentes linhas de trabalho tenham um território para o diálogo sobre maneiras de abordagem das entrevistas e campo de troca de experiências.O resgate do indivíduo enquanto elemento fundamental, para a compreensão da vida humana é enriquecedor para o conhecimento da História. As fontes orais trazem importantes contribuições na produção acadêmica. Pois, as fontes da história não se resumem apenas documentos escritos, mas também ao estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que documentos escritos, mas também no estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que dá autenticidade à história do presente. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. A entrevista gravada não é apenas a simples gravação de um relato de fatos, mas traz na fala, a memória de vida, lutas, conquistas levando a reflexão da vida, do acontecido tornando-se assim, uma história que levanta questões. Para o estudo interessa a memória e a trajetória dos sujeitos que conformam as comunidades quilombolas cearense. Assim,reconstituí-la a partir dos relatos orais e de materiais escritos dos protagonistas da população negra, que engendram formas organizativas, de maneira que os depoimentos pessoais venham a contribuir para a reelaboração da história e cultura dos descendentes de africanos nesta região. Articulado a esta matriz inicial pretende-se desenvolver outros referenciais metodológicos para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente, a pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares (BRANDÃO, 1999, p. 10). Desta forma, têm-se como modalidades para a pesquisa científica, como entrevistas semiestruturadas, para compreender as formas como os quilombolas lidam com a história e a cultura negra, como se organizam diante as demonstrações de preconceito e com o desconhecimento da sociedade em torno deste tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil as comunidades quilombolas, ao longo da história do país, receberam diferentes dominações como contraponto ao processo de dominação efetuada pela escravidão. Conforme indica Monteiro (2009, p. 40) o termo quilombola tem um longo percurso até a sua definição na Carta Magna brasileira, nos anos de 1988:

> A definição do termo apareceu pela primeira vez numa consulta ao conselho ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740, que definia quilombo como toda habitação de negros fugidos que passem de 05 (cinco), em parte despovoada, ainda que não tenha rastos levantados nem se ache pilões neles. Esse conceito perpetuou-se no imaginário brasileiro, graças à contribuição dos historiadores oficiais, cristalizando a existência quilombola como a que vigora no período da escravidão no Brasil [...]. Obviamente, o conceito de quilombola de 1988 corresponde a outro imaginário, a outro sistema de classificação, sendo reapropriado às lutas políticas dos então identificados como remanescentes de quilombo brasileiro.

Assim, com a Constituição Federal se atribuiu as comunidades remanescentes de quilombos o reconhecimento e a propriedade definitiva, e demais providencias cabíveis ao Estado, situando-as assim, como sujeitos portadores de direitos. Ao longo dos anos, de remanescentes as comunidades quilombolas se ampliam politicamente como comunidades negras rurais e "[...] passaram a ter autonomia quanto à sua identificação e deixou de existir a figura do agente externo que produzia teses dizendo quem era ou não remanescente de quilombos" (LIMA; FIABANI, 2017, p. 25). Situamos como conceito significativo para a compreensão das comunidades o de territorialidade, se contrapondo a um entendimento de que a luta quilombola está vinculado à dimensão apenas do acesso à terra.

> Neste sentido, o território é visto como uma dimensão territorial, social, política e cultural como elementos necessários à sua reprodução como comunidades quilombolas. Assim: O conceito de territorialidade refere-se ao vínculo de significado criado e perpetuado culturalmente [...] com grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa" (ESCOBAR, 2005: 233 apud ROCHA, 2010, p. 08).

Este debate significa ampliar a compreensão do espaço social e cultural associado as comunidades quilombolas, onde a terra assume um outro sentido, absolutamente comunitário e aglutinador de sua identidade (MALCHER, 2017, p.60). Notadamente, esta configuração quilombola desafia o plano educacional, na medida em que a territorialidade está demarcada por processos educativos, pelas formas de viver e agir como descendentes de africanos no Brasil, que deveria ser traduzida como parte da educação quilombola. As comunidades quilombolas, nas suas práticas históricas, sociais e culturais se afirmam sujeitos dotados de saberes próprios (SOUSA, 2017), nelas há processos de aprendizagem e outros que incluem formação, conscientização política e cultural, resistência ao modelo educacional hegemônico que funda a instituição escolar. Dentro desta concepção que se começa a discutir a educação quilombola, como possibilidade de introduzir os saberes e formas de viver quilombolas e sua articulação com um legado africano. Aqui cabe situar o papel preponderante da Universidade da Interação Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Cabe dizer que esta Instituição, que por ter nascido da luta social antirracista, deve estar comprometida com os ideais de justiça social, tão caros à população negra de nosso país. Assim, o ensino, a pesquisa e a extensão em relação ao debate das relações raciais brasileiras, significa, como bem nos lembra Fanon (1997), romper com o estatuto colonial herdado com a escravidão. Com isso, às universidades é atribuída a função de identificação de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e aprendizagens e a disponibilização de materiais e acervos relacionados à temática étnico-racial.

A realidade brasileira se reflete no estado do Ceará. Tem-se que a compreensão histórica dos quilombos no Ceará, no dizer de Dantas (2011), é algo que além de compor uma parcela da dívida histórica com africanos e afrodescendentes, também nos remete a conhecer melhor a história da formação e construção deste estado, reconhecendo identidades ainda subjugadas nos livros escolares. Compreende-se haver nas comunidades quilombolas uma afirmação suas identidades e ligação com as matrizes africanas no Brasil (CUNHA JUNIOR, et. al., 2006), e é nesse sentido, que podemos entender que ao longo da história de formação da sociedade brasileira ocorreu a tentativa de submissão destas comunidades em relações de extrema desigualdade de poder/saber/dominação. No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: "emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado" (DANTAS, 2011, p.264). Pois, discute-se que a fixação da população negra no Ceará foi influenciada pela dinâmica da produção de gado, couro e carne de sol nos primórdios da produção escravista, mas também atividades "de cana de açúcar, engenho de rapadura, algodão e mineração, navegação, transporte de mercadorias e construções urbanas [...] o que implicou no estabelecimento de comunidades

rurais e urbanas de população de africanos e descendente"(SILVA, 2018, p.16), evidenciando um amplo campo de organizações do território quilombola. Com isso, segundo aponta Calaça (2011) as comunidades quilombolas fazem parte de lutas pelo direito à terra e ao patrimônio cultural, no entanto, estas dinâmicas se encontram fora dos processos educativos na constituição do Ceará. No campo estatal pode-se encontrar dados sobre as comunidades no Ceará recolhidos pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza, desde 2009, o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses. Por outro lado, tem-se a Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) órgão vinculado a estrutura do Gabinete do Governador do Estado do Ceará. Atua na coordenação de políticas públicas visando assegurar direitos da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Ciganos, Povos de Terreiro). Nestes termos, conta entre seus conselheiros representantes das comunidades quilombolas cearenses, além da preocupação em debater a implementação da educação escolar quilombola no estado. Nas políticas de titulação, por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (Incra) é a autarquia competente, na esfera federal. No Ceará o órgão tem acompanhado decretos de declaração de interesse social para fins de desapropriação dos territórios das comunidades quilombolas de Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim, no município de Tamboril, e Sítio Arruda, entre as cidades de Araripe e Salitre. O Incra/CE possui atualmente 26 processos de regularização fundiária de territórios quilombolas abertos, com dez em estágios mais avançados. Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. Já a Fundação Cultural Palmares, órgão do governo federal responsável pela emissão das certificações, tem nos seus registros 46 comunidades, destas todas são certificadas. As Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará, com certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares, estão distribuídas em 28 municípios, dando destaque para os municípios de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza e Quiterianópolis nos Inhamuns, ambos com 5 comunidades certificadas. Do ponto de vista da proximidade para a titulação, no estado tem-se apenas duas comunidades Serra dos Chagas em Salitre e Encantado de Bom Jardim em Tamburil, títulos atribuídos pelo Incra, mas que precisam ainda ser homologados por parte do governo federal. Outras comunidades que estão próximas a esta situação são as comunidades quilombolas Sítio Arruda em Araripe, Alto Alegre em Horizonte, Comunidade de Base em Pacajus, Três Irmãos em Croatá e Minador no município de Novo Oriente.

CONCLUSÕES

Consideramos que é necessário avançar em mais estudos sobre os desafios apontados anteriormente, tendo em vista que as comunidades quilombolas ganham impulso nas últimas décadas do século XX, constituindo-se em uma ação coletiva diretamente ligada à exclusão social, econômica e política do povo negro na sociedade brasileira e em especial o negro rural. Compreendemos a necessidade de materializar nas comunidades quilombolas existentes o registro de suas várias formas culturais, que mesclam elementos de base africana e afro-brasileira. Nosso desafio e prosseguir nesta demanda, a fim de elaborar materiais didáticos próprios, que contribuam em subsidiar o debate em torno da educação quilombola do estado do Ceará, para que estas comunidades tenham seus direitos respeitados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as comunidades quilomblas do estado do Ceará, que nos ensinaram que as suas lutas são justas e necessárias para uma sociedade mais solidária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Consultado em 03 de janeiro, 2019.

CALAÇA, Maria C.; DOMINGOS, Reginaldo; CUNHA JR., Henrique. Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. In: CUNHA JUNIOR, H., SILVA, J..; NUNES, C. (Org.). Artefatos da cultura negra no Ceará. Fortaleza:Edições UFC, 2011. CHAVES, Leilane Oliveira. Terra quilombola de Nazaré: organização social espacial, município de Itapipoca – Ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CUNHA, Ana S. (Org.). Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil.São Luís, SETAGRAF, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, S. G., PEREIRA,S. Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

DANTAS, Simone. Historiografar quilombos em regiões do Ceará. In: CUNHA JUNIOR, H., SILVA, J..; NUNES, C.(Org.). Artefatos da cultura negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FANON, Franz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Nilma L. (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Ivan Costa. História da educação do negro(a) no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo. Curitiba:Appris, 2017.

LIMA, Solimar, FIABANI, Adelmir. Sertão quilombola: comunidades negras rurais no Piaui. Teresina: Edufpi, 2017.

MACIEL, SOUSA, LIMA. Comunidades tradicionais: saberes e sabores dos indígenas de Aratuba aos quilombolas de Baturité- CE.In. Conexão, Ciência e Tecnologia. Fortaleza/CE, v. 10, n. 3, p. 63 - 70, nov. 2016.

MALCHER, Maria A. Farias. Formação e territorialização quilombola no estado do Pará. In: Revista da ABPN. v. 9, n. 23. jul. – out,(p.57-81), 2017.

MONTEIRO, Francisco Herbert Pimentel. A construção da identidade étnica entre os quilombolas de Alto Alegre. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2009. NASCIMENTO, João L. J. Processos educativos: a luta das mulheres pescadores/as do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará, 2013.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. In: E-cadernos ces [Online], 07 | 2010. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/417. Acesso 29 de janeiro 2019.

SILVA, Sâmia (et. al.). AfroCeará quilombola. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.